

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Acionistas e Diretores da
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Energia Potiguar Geradora Eólica S.A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2022.

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.396	272	Fornecedores		309	44
Aplicações financeiras	5	5.492	6.083	Financiamentos	8	47.752	5.282
Contas a receber	6 e 9	3.397	2.226	Obrigações tributárias		337	312
Estoques		1.405	1.406	Dividendo a pagar	9	2.956	2.017
Impostos a recuperar		24	24	Arrendamentos a pagar	7	237	227
Despesas antecipadas		34	25	Outras contas a pagar		60	-
Outras contas a receber		-	213			51.651	7.882
		17.748	10.249	Não circulante			
				Financiamentos	8	-	48.855
Não circulante				Adiantamento para futuro aumento de capital	9	650	-
Depósitos judiciais	10	42	-	Provisão para descomissionamento	7	904	864
				Arrendamentos a pagar	7	3.947	4.184
Imobilizado		86.245	89.971			5.501	53.903
Intangível	7	166	166	Patrimônio líquido	11		
		86.453	90.137	Capital social		27.955	27.955
				Reservas de lucros		19.094	10.646
						47.049	38.601
Total do ativo		104.201	100.386	Total do passivo e patrimônio líquido		104.201	100.386

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida de vendas	9 e 12	26.914	22.049
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(10.212)	(8.983)
(=) Lucro bruto		16.702	13.066
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(653)	(448)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	137	38
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		16.186	12.656
Receitas financeiras	14	361	173
Despesas financeiras	14	(3.720)	(4.008)
(=) Resultado financeiro líquido		(3.359)	(3.835)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		12.827	8.821
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(1.006)	(754)
(=) Lucro líquido do exercício		11.821	8.067
Lucro por ação		0,405	0,277

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares Reais)

	2021	2020
(=) Lucro líquido do exercício	11.821	8.067
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente do exercício	11.821	8.067

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	27.955	1.011	7.496	-	36.462
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.067	8.067
Distribuição de dividendos	-	-	(3.910)	-	(3.910)
Reserva legal	-	403	-	(403)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(2.018)	(2.018)
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.646	(5.646)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	27.955	1.414	9.232	-	38.601
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.821	11.821
Distribuição de dividendos (Nota 11(c))	-	-	(418)	-	(418)
Reserva legal	-	591	-	(591)	-
Dividendos propostos (Nota 11(c))	-	-	-	(2.955)	(2.955)
Reserva de retenção de lucros	-	-	8.275	(8.275)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	27.955	2.005	17.089	-	47.049

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares Reais)

	2021	2020
(=) Lucro líquido do exercício	11.821	8.067
Itens que não afetam o caixa operacional		
(+) Depreciação e amortização	3.965	3.963
(+) Juros e variações monetárias	3.698	3.941
	<u>19.484</u>	<u>15.971</u>
(Aumento) líquido/redução nos ativos		
Aplicações financeiras	591	(90)
Contas a receber	(1.171)	(204)
Estoques	1	125
Impostos a recuperar	-	2
Despesas antecipadas	(9)	(4)
Outras contas a receber	213	(30)
Depósitos judiciais	(42)	-
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	265	(86)
Obrigações tributárias	25	(19)
Salários e férias a pagar	-	(64)
Outras contas a pagar	61	-
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>19.418</u>	<u>15.601</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	650	-
Aquisição de imobilizado	(239)	(87)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>411</u>	<u>(87)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Arrendamentos pagos	(423)	(423)
Financiamentos pagos	(9.847)	(10.685)
Dividendos pagos	(2.435)	(4.561)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>(12.705)</u>	<u>(15.669)</u>
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>7.124</u></u>	<u><u>(155)</u></u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	272	427
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	7.396	272
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>7.124</u></u>	<u><u>(155)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Companhia), localizada na Fazenda Boca de Campo, s/n, Zona Rural, Município de Pedra Grande (RN) foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada. A Companhia iniciou suas atividades em abril de 2014.

1.1. Efeitos do covid-19

Em conexão com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, a Companhia continua a cumprir todas as diretrizes para prevenir a Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e manter as medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho.

Embora a pandemia não tenha sido totalmente erradicada, as autoridades brasileiras começaram a diminuir e dosar as restrições e a Companhia acredita que os efeitos da pandemia na economia global começaram a ser mitigados. Até a data, a Companhia não identificou efeitos relevantes em suas operações. Além disso, não houve alteração na mensuração dos impactos econômicos e financeiros, conforme divulgado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

2. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2022.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Provisão para descomissionamento;
- Provisão para demandas judiciais.

A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo indicação contrária.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

3.2. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias.

3.3. Contas a receber

Inclui o fornecimento de energia elétrica faturado, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O principal ativo reconhecido na Companhia é a aplicação financeira.

3.4.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.4.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e 2020, incluindo operações de hedge.

3.4.4. Categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.5. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

3.6. Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo do parque eólico.

3.7. Redução ao valor recuperável

O imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão foram capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base presumida excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e de 9% sobre a base presumida para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.13. Capital social

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

3.14. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.15. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, a Companhia não considera impactos significativos nas demonstrações contábeis.

b) Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos conta movimento	14	20
Aplicações financeiras	7.382	252
	<u>7.396</u>	<u>272</u>

5. Aplicações financeiras

	2021	2020
Banco Bradesco S.A. (a)	5.492	6.083
	<u>5.492</u>	<u>6.083</u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 4,42 % a.a. em 2021 (2,75 % a.a. em 2020).

6. Contas a receber

	2021	2020
Contas a receber - partes relacionadas (nota 9)	3.397	2.226
	<u>3.397</u>	<u>2.226</u>

O saldo de contas a receber da Companhia é composto apenas por títulos com vencimento em até 30 dias e são operações com partes relacionadas, a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Em função disso, a Companhia não constituiu perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

7. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			31/12/2021	31/12/2020
Aerogeradores	100.600	(24.927)	75.673	79.026
Instalações e benfeitorias	3.999	(1.011)	2.988	3.121
Máquinas e equipamentos	3.641	(888)	2.753	2.693
Direito de uso	5.797	(1.027)	4.770	5.131
Móveis e Utensílios	63	(1)	62	
	<u>114.100</u>	<u>(27.854)</u>	<u>86.245</u>	<u>89.971</u>

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizados e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa Depreciação (a.a %)	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Custo						
Aerogeradores		100.513	87	100.600	-	100.600
Móveis e Utensílios		-	-	-	63	63
Instalações e benfeitorias		3.999	-	3.999	-	3.999
Máquinas e equipamentos		3.465	-	3.465	176	3.641
		<u>107.977</u>	<u>87</u>	<u>108.064</u>	<u>239</u>	<u>108.303</u>
Depreciação						
Aerogeradores	3.3	(18.221)	(3.353)	(21.574)	(3.353)	(24.927)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(745)	(133)	(878)	(133)	(1.011)
Móveis e Utensílios		-	-	-	(1)	(1)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(657)	(115)	(772)	(116)	(888)
		<u>(19.623)</u>	<u>(3.601)</u>	<u>(23.224)</u>	<u>(3.603)</u>	<u>(26.827)</u>
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		4.909	888	5.797	-	5.797
(-) Amortização		(304)	(361)	(665)	(362)	(1.027)
		<u>4.605</u>	<u>527</u>	<u>5.132</u>	<u>(362)</u>	<u>4.770</u>
Total do imobilizado		<u><u>92.959</u></u>	<u><u>(2.987)</u></u>	<u><u>89.971</u></u>	<u><u>(3.726)</u></u>	<u><u>86.245</u></u>

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Direito de uso

A Companhia possui um contrato de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado ao parque eólico em operação.

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	31/12/2021	Passivo	31/12/2021
Não circulante		Circulante	
Direito de uso do ativo arrendado	5.797	Arrendamentos a apagar	423
(-) Amortização direito de uso	<u>(1.027)</u>	(-) Juros a apropriar	<u>(186)</u>
	4.770		237
		Não circulante	
		Arrendamentos a apagar	5.148
		(-) Juros a apropriar	(1.201)
		Provisão desmobilização	<u>854</u>
			4.801
Ativo total	<u><u>4.770</u></u>	Passivo total	<u><u>5.038</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de CDI+2,50% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Custo	31/12/2021
Amortização direito de uso	<u>(362)</u>
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>(196)</u>
Total	<u><u>(558)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2021, o escalonamento dos vencimentos do arrendamento é como segue:

Ano de vencimento	Juros	Principal
2022	186	237
2023	175	249
2024	163	260
2025	151	272
2026 a 2035	714	3.166
Total	<u><u>1.387</u></u>	<u><u>4.184</u></u>

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Financiamentos

Financiamento BNDES		2021	2020
Passivo circulante		47.752	5.282
Passivo não circulante		-	48.855
		<u>47.752</u>	<u>54.137</u>
Vencimentos - Anos			
2022			47.752
Total			<u>47.752</u>

Em 07 de janeiro de 2022 a Companhia quitou o financiamento com BNDES através de adiantamento para futuro aumento de capital, recebido da parte relacionada Ventos Potiguares.

O financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), captado pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a encargos fixos de 2,18% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com prazo de amortização mensal de até 192 meses.

O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA - Imposto de Renda e Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação do parque eólico. Em agosto de 2018 foi assinado um aditivo ao contrato de financiamento para alterar as bases de cálculo do ICSD. O índice passou a ser calculado combinado ao dos demais parques eólicos controlados pela Ventos Potiguares. Conforme demonstrado no cálculo abaixo, a Companhia atingiu o ICSD contratualmente definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Energia Potiguar	ICSD Combinado
(+) Lucro bruto	16.703	129.808
(-) Despesas administrativas e gerais	(653)	(5.805)
(+) Despesas não recorrentes	-	-
(+) Depreciação e amortização	3.965	29.246
(+/-) Outras receitas/(despesas) líquidas	137	227
(=) EBITDA	<u>20.152</u>	<u>153.396</u>
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	(1.006)	(7.253)
(A) Geração de caixa da atividade no ARef	<u>19.146</u>	<u>146.144</u>
(B) Serviço da dívida no ARef	9.848	68.215
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida no ARef	<u>1,944</u>	<u>2,142</u>

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e seus controladores:

Contas a receber (ativo circulante)	2021	2020
Ventos Potiguares	<u>3.397</u>	<u>2.226</u>
		2.226
Dividendos a pagar (passivo circulante)		
Ventos Potiguares	<u>2.956</u>	<u>2.017</u>
	2.956	2.017
AFAC (passivo não circulante)		
Ventos Potiguares	<u>650</u>	-
	650	-
Receita de vendas (resultado)	2021	2020
Ventos Potiguares	<u>27.952</u>	<u>27.312</u>
	<u>27.952</u>	<u>27.312</u>

Em 21 de julho de 2011, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., cujo objeto foi a comercialização, entre as partes, de energia incentivada com 50% de desconto nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no período de 31 de dezembro de 2012 a 30 de dezembro de 2032, na região Nordeste.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

10. Provisão para demandas judiciais

A Companhia não possui nenhum processo em andamento com a probabilidade de perda que seja provável, para que seja reconhecida uma provisão, ou possível, para que seja requerida uma divulgação.

O saldo de depósito judicial no montante de R\$ 42, é referente à contestação de cobrança de taxa de funcionamento junto à prefeitura do município de Pedra Grande.

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 27.955 (R\$ 27.955 em 2020) totalmente integralizado e representado por 29.156.463 (29.156.463 em 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% sobre o lucro líquido no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Reservas de lucros

	31/12/2021
Saldo inicial	10.646
Lucro do exercício	11.821
Dividendos distribuídos/propostos	(3.373)
	<u>19.094</u>

12. Receita líquida de vendas

	2021	2020
Venda de energia - partes relacionadas (nota 9)	27.952	22.884
Impostos sobre as vendas	(1.038)	(835)
	<u>26.914</u>	<u>22.049</u>

13. Custos e despesas por natureza

Classificação por natureza	2021	2020
Depreciação e amortização	(3.965)	(3.963)
Custo do produto vendido	(1.069)	(954)
Custo com mão de obra	(607)	(579)
Serviços de terceiros	(3.898)	(2.725)
Arrendamento de terra	(60)	(47)
Despesas com pessoal	(57)	(81)
Despesas com serviços	(531)	(213)
Despesas tributárias	(13)	(61)
Outros	(528)	(770)
	<u>(10.728)</u>	<u>(9.393)</u>

Classificação por função	2021	2020
Custo dos produtos vendidos	(10.212)	(8.983)
Despesas administrativas e gerais	(653)	(448)
Outras receitas/(despesas) líquidas	137	38
	<u>(10.728)</u>	<u>(9.393)</u>

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	2021	2020
Rendimentos sobre aplicações financeiras	360	171
Descontos obtidos	1	2
	<u>361</u>	<u>173</u>
Despesas financeiras	2021	2020
Juros sobre empréstimos	(3.462)	(3.955)
Despesas bancárias	(8)	(8)
Juros sobre arrendamento	(236)	(4)
Outras despesas financeiras	(24)	(49)
	<u>(3.720)</u>	<u>(4.008)</u>

15. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente

a) Reconciliação do imposto de Renda e da Contribuição Social

	2021	2020
Imposto de Renda		
Receita bruta	27.953	22.884
Alíquota	8%	8%
	<u>2.236</u>	<u>1.831</u>
Outras receitas, inclusive financeiras	500	211
Base de cálculo	<u>2.736</u>	<u>2.042</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(409)	(306)
Adicional federal de 10%	(249)	(182)
Imposto apurado	<u>(659)</u>	<u>(488)</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contribuição Social		
Receita bruta	27.953	22.884
Alíquota	12%	12%
	<u>3.354</u>	<u>2.746</u>
Receita financeira	500	211
Base de cálculo	<u>3.854</u>	<u>2.957</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>(347)</u>	<u>(266)</u>
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(1.006)</u>	<u>(754)</u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	28.453	23.095
Imposto calculado (IR/CS)	(1.006)	(754)
	<u>3,54%</u>	<u>3,26%</u>

16. Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

16.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, pelas características individuais de cada cliente.

A Companhia não reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima é de R\$ 16.285 (R\$ 8.581 em 2020) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

16.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	309	-	-
Financiamentos	47.752	-	-

16.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

16.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

16.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

16.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.396	272	7.396	272
Aplicações financeiras	5.492	6.083	5.492	6.083
Contas a receber	3.397	2.226	3.397	2.226
Outras contas a receber	-	213	-	213
Total	<u>16.285</u>	<u>8.794</u>	<u>16.285</u>	<u>8.793</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	309	44	309	44
Financiamentos	<u>47.752</u>	<u>54.137</u>	<u>47.752</u>	<u>54.137</u>
Total	<u>48.061</u>	<u>54.181</u>	<u>48.061</u>	<u>54.181</u>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria:

	2021		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	7.396	-	-
Aplicações financeiras	-	5.492	-
Contas a receber	3.397	-	-
Outras contas a receber	-	-	-
Total	<u>10.793</u>	<u>5.492</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	309
Financiamentos	-	-	47.752
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.061</u>
	2020		
	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	272	-	-
Aplicações financeiras	-	6.083	-
Contas a receber	2.226	-	-
Outras contas a receber	213	-	-
Total	<u>2.711</u>	<u>6.083</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	44
Financiamentos	-	-	54.137
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54.181</u>

16.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 4,42 % para o CDI e 5,32 % para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável; e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	360	4,42%	16	20	24	12	8
Financiamentos		TJLP					
Despesa financeira	(3.462)	5,32%	(184)	(230)	(276)	(138)	(92)
Resultado financeiro			<u>(168)</u>	<u>(210)</u>	<u>(252)</u>	<u>(126)</u>	<u>(84)</u>

17. Eventos subsequentes

Em 07 de janeiro de 2022 a Companhia captou 1ª Debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real em série única, através de sua holding, Ventos Potiguares, no montante de R\$ 450.000, remunerada a 100% do CDI mais 2,15% a.a..

Os recursos desta captação serão destinados para reforço da estrutura de capital da holding e quitação antecipada do saldo de financiamento junto ao BNDES desta Companhia em 07/01/2022.